

# Estudo do Veto nº 11/2019

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2017  
(nº 10.159/2018, na Câmara dos Deputados)

## VETO TOTAL APOSTO “POR INCONSTITUCIONALIDADE E CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

### Autoria do projeto:

- Senador Paulo Paim (PT/RS)

### Relatorias do projeto no Senado:

- Senador Relator "ad hoc" o Senador Dalirio Beber (PSDB/SC) em substituição ao Senador Romário (PODE/RJ) – CAS

### Relatorias do projeto na Câmara:

- Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) – CCJC  
- Deputada Cristiane Brasil (PTB/RJ) – CSSF

### Ementa do projeto de lei vetado:

" Altera a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez".

### Assunto do Veto:

Dispensa de reavaliação pericial portadores de HIV/aids

# Estudo do Veto nº 11/2019

| EXPLICAÇÃO |   | ASSUNTO  | ORIGEM/JUSTIFICATIVA   | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO  |
|------------|---|--|--|---|
| 11.19      | <p>O Congresso Nacional decreta:</p> <p>Art. 1º O art. 43 <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:</p> <p>“Art. 43. ....</p> <p>§ 5º A pessoa com HIV/aids é dispensada da avaliação referida no § 4º deste artigo.”(NR)</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> | <p>Dispensa de reavaliação pericial portadores de HIV/aids</p> | <p><b>Origem:</b> <a href="#">Emenda nº 1 CAS (SUBSTITUTIVO)</a></p> <p><b>Justificativa:</b> “[...]Nesse caso, é cabível admitir que, uma vez concedida a aposentadoria por invalidez, o trabalhador que vive com HIV/aids fique isento de reavaliação pericial. Isso porque, para ser aposentado por invalidez, ele já deve ter passado por vários períodos de auxílio-doença, o que atestaria a degradação de sua condição de saúde e a irreversibilidade da condição.”</p> | <p>“A propositura legislativa dispensa a pessoa com HIV/AIDS da avaliação das condições que ensejaram seu afastamento ou aposentadoria, estabelecendo presunção legal vitalícia de incapacidade, independentemente das circunstâncias peculiares a cada caso e em desconsideração permanente dos avanços da medicina. Assim, a proposta afasta-se do princípio da seletividade na prestação dos benefícios da previdência social, previsto no art. 194, inciso III, da Constituição da República. Ademais, nos termos do art. 193 da Constituição da República, a ordem social tem como base o primado do trabalho, assim, a proposta legislativa tem o potencial de estigmatizar e violar a dignidade do segurado com HIV, que seria afastado, por presunção, da possibilidade de reabilitação profissional, decorrente de perícia médica periódica, que tem ainda a relevante função de combater a fraudes no âmbito previdenciário.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p> |